

O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO COMO MECANISMO DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA NO RIO DE JANEIRO

Aluno: Gabriel Ferreira de Carvalho
Orientador: Dr. Augusto César Pinheiro da Silva

Introdução

A partir de análise sobre alguns dos principais tipos de ocorrências criminais no município de Niterói, metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, em especial na Região Oceânica, como assaltos a residências e a pessoas, a pesquisa está sendo organizada como um instrumento de identificação do projeto VIP (Vizinhos Integrados a Polícia), criado com base na experiência da polícia mineira que formulou o programa “Rede de Vizinhos Protegidos”, como uma estratégia do lugar para revalorizar as relações comunitárias para que estas atuem em conjunto com as entidades da segurança pública reestruturando as formas de ação dos agentes de gestão dos territórios no estado do Rio de Janeiro.

Objetivos

Este trabalho tem como principal objetivo compreender de que maneira a implantação do projeto VIP (Vizinhos Integrados a Polícia), nos bairros da Região Oceânica de Niterói, pode funcionar como mecanismo de promoção de cidadania no Rio de Janeiro através das ações locais.

Justificativa

A vigilância da vizinhança ou “Neighborhood Watch” é um exemplo de policiamento comunitário bem sucedido. Esse programa tem como estratégia, “reativar a comunidade como rede voltada para uma vigilância do território” (ZACKSESKI, 1997, p.8), sendo dessa forma diferenciado das políticas tradicionais de segurança que em geral apenas inclui a implantação de mais policiais armados e não produz novos padrões sociais de consciência de que a população, e não apenas o Estado, é também responsável pela sua própria segurança. Isto pode ser constatado no art. 144 da Constituição Federal Brasileira de 1988, onde a Segurança Pública é estabelecida como sendo “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]” (BRASIL, 2006).

Dessa forma projetos como estes poderiam causar uma mudança na psicologia de criação e implementação de políticas de segurança, partindo da ideia “que o envolvimento voluntário dos residentes de uma determinada zona possa ter efeitos positivos com fins de prevenção-controle dos fenômenos criminais” em uma área maior (CESARIA, 1993, p. 49).

Esse tipo de programa fortalece a interação entre os moradores da localidade e entre a Polícia; entretanto, de acordo com o criminólogo inglês Adam Crawford, o “Neighborhood Watch” influenciou pouco no combate ao crime, mas atingiu diretamente o medo do crime. Ele ainda explicou que esse tipo de vigilância é mais bem desempenhado em áreas suburbanas com baixos índices de criminalidade e não em grandes centros.

Os projetos de segurança no Brasil em geral sempre tenderam a intensificação da militarização do espaço, entretanto o projeto-piloto “Vizinhos Integrados à Polícia” (VIP) consiste na criação de uma rede de verificação mútua com a participação dos moradores, em parceria com a Polícia Militar, criando grupos denominados laços, de seis residências cada, para “cuidarem” uns dos outros, sendo que a principal função seria a de orientar os moradores

sobre medidas de segurança, ressaltando a importância da atuação em parceria com seus vizinhos.

A região de Mar Alegre, em Piratininga, foi escolhida para ser a área de teste do projeto-piloto pela semelhança com a área de Minas Gerais devido a incidência de roubos a residências e a pedestres ter aumentado no local, apesar de não ter sido de forma significativa (CSRO, 2011).

Procedimentos de Investigação

A investigação estará focada no levantamento da bibliografia sobre o tema; investigação sobre o sucesso e as limitações da rede; compreender, através de entrevistas com lideranças locais e representantes do sistema de coerção oficial o potencial de tal iniciativa e como ela pode servir como complemento às políticas de contenção do crime organizado.

Conclusões Parciais

De acordo com o material de divulgação institucional da Polícia Militar mineira, foram apontadas quedas de aproximadamente 64% em determinadas modalidades criminosas, em algumas zonas consideradas perigosas dos 14 bairros da 9ª Cia Especializada, onde o projeto foi implantado (PMMG, 2009). As medidas estão em andamento e, as primeiras observações sobre o programa mostram que é possível um fortalecimento das associações de moradores que investem nessa dinâmica, para que lutem por outras infraestruturas urbanas que há muito tempo são apenas promessas de campanhas políticas.

Referências

Câmara de Segurança da Região Oceânica. Disponível em: <http://www.csroniteroi.com.br/csroniteroi/csro/?p=250> Acessado em 23 de junho de 2011.

CESARIA, Caterina. Neighborhood watch. Sicurezza e Territorio. Bologna, n. 7, 1993, 49 p.

CRAWFORD, Adam. The Local Governance of Crime. Appeals to Community and Partnerships. 1997. Oxford: Claredon Press.

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG). Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/principal.action> Acessado em 23 de junho de 2011.

ZACKSESKI, Cristina Maria. Políticas integradas de segurança urbana: modelos de respostas alternativas à criminalidade de rua. Dissertação de mestrado. UFSC: Florianópolis, 08 de janeiro de 1997.